



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001577-59.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Carlos André Belli**
 Embargado: **Toni Willian Marchetti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

CARLOS ANDRÉ BELLI ajuizou ação contra TONI WILLIAN MARCHETTI, alegando ser proprietário do veículo Ford Ranger, placas GRJ-3100, adquirido de Alexandre Flores, com expressa anuência do embargado, que inclusive assinou o recibo de venda e transferência, surpreendendo-se com o subsequente ajuizamento de ação pelo embargado, contra Alexandre, quando obteve medida liminar de busca e apreensão do bem, o que embaraça a posse e propriedade do embargante. Pede também a condenação do embargado ao pagamento de indenização por dano moral.

Citado, o embargado contestou o pedido, aduzindo litigar maliciosamente o embargante, pois o veículo foi alienado para Alexandre Flores e não recebeu o preço.

Manifestou-se o embargante, insistindo nos termos do pedido inicial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Há alguma dificuldade para compreender a narrativa apresentada pelo embargado, quanto à sequência de alienação do veículo e também a razão pela qual se deveria prestigiar seu direito de retomar o veículo perante Alexandre Flores, quando é incontroverso ter assinado recibo de transferência em favor do embargante.

Pois bem.

O embargado alienou o veículo para Alexandre Flores e pediu cautelarmente a busca e apreensão, em razão da falta de pagamento do preço.

Esse mesmo veículo foi depois alienado para o embargante.

O embargado confirmou a alienação, pois assinou a Autorização para Transferência do Veículo para o embargante (v. Doc. De fls. 14). O Recibo de Transferência foi firmado em Cartório e as assinaturas reconhecidas por autenticidade, isso em 7 de junho de 2011.

Se Alexandre não pagou o preço, pode o embargado promover a cobrança. No entanto, não pode obstar o exercício da posse e propriedade pelo embargante, pois a ele transferiu tais direitos.

A relação jurídica entre o embargante e Alexandre Torres não é objeto de discussão nesta lide. Se Alexandre devia ou deve dinheiro para o embargante e entregou o veículo em garantia ou em pagamento de dívida de agiotagem, é questão entre eles.

Fato é que o embargado, por solicitação de alguém, seja de Alexandre, seja do embargante, firmou validamente o recibo de transferência para este, reconhecendo seu direito de propriedade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Não há qualquer alegação ou indício de má-fé do embargante, no recebimento do veículo, até porque, repete-se, uma vez mais, o próprio embargado assinou o documento de transferência.

E não cabe discutir a alienação subsequente, do embargante para Isael (fls. 43, item 3), pessoa alheia ao processo.

Enfim, se o embargado não tinha ainda recebido o preço da venda, não deveria ter assinado o documento de transferência em benefício da pessoa para quem o comprador primitivo (Alexandre Flores) transmitiu. Na medida em que o fez, ou seja, assinou o documento, liberou a transferência da propriedade.

De outro lado, trata-se de controvérsia jurídica, em que o embargado postulou em juízo o direito que imaginava ter, resvalando em direitos também do embargante, o que por si só não induz litigância maliciosa ou condenação em verba indenizatória por dano moral.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido deduzido por CARLOS ANDRÉ BELLI e mantenho-o na posse e propriedade do veículo, expedindo-se o competente mandado de manutenção na posse (ou reintegração, caso tenha sido cumprido o mandado cautelar na ação de origem, mas rejeito o pedido indenizatório por dano moral apresentado contra TONI WILLIAN MARCHETTI.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade.

P.R.I.

São Carlos, 04 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**